

HUB Representantes do Portocel e da Quadra Capital vão se reunir neste mês ▶ **p3**

PORTOS Ex-secretário nacional passa a atuar como consultor de grupo internacional ▶ **p3**

RODOVIA Demora em relicitação da BR-163 preocupa lideranças ▶ **p4**



Portugal: Governo defende novo aeroporto para Lisboa

Lotações e longas filas voltam a ser registradas no Humberto Delgado. Autoridades temem cancelamento de voos em 2023 ▶ **p6**

EDITORIAL

Um novo aeroporto para Lisboa

O caos da última segunda-feira, quando o Aeroporto Humberto Delgado, de Lisboa, recebeu cerca de 50 mil passageiros e registrou lotações e longas filas, acionou o alerta. E logo depois, o próprio ministro das Infraestruturas e da Habitação do país confirmou o problema: Portugal precisa de um novo aeroporto para atender sua capital.

Segundo as autoridades do país, o Humberto Delgado não conta com a infraestrutura necessária para responder à atual demanda, especialmente com a recuperação do turismo e as medidas mais flexíveis contra a covid-19. Problemas de circulação já são percebidos desde o mês passado e o cenário verificado no pré-pandemia, de voos sendo recusados devido à falta de capacidade para recebê-los, pode voltar a se repetir no próximo ano.

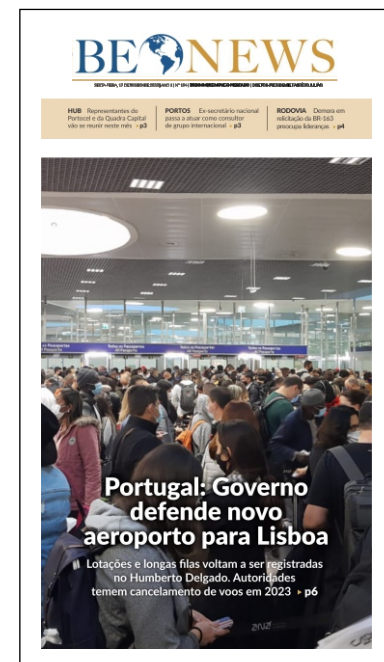
Daí a necessidade de um novo aeroporto na região da Grande Lisboa. Tal proposta vem sendo debatida há anos, mas sem sucesso. A opção com melhores chances de progredir é ter a nova instalação nas cidades de Montijo ou Alcochete, no outro lado do Rio Tejo e a cerca de 30 e 40 quilômetros, respectivamente, do centro de Lisboa. Mas o projeto, que deve levar cinco anos para ser concluído, não avança.

Os obstáculos estão, principalmente, na classe política - no país, grandes obras de infraestrutura devem ter o apoio de dois terços do Parlamento -, nas administrações municipais (das cidades que podem vir a receber o empreendimento) e nos órgãos ambientais. Então este é o momento de o Governo buscar reunir esses setores, esclarecer dúvidas e lutar por sua implantação.

Afinal, está se falando de um ativo estratégico para uma das principais indústrias de Portugal, a do turismo. E como desenvolvê-la e vê-la prosperar se a primeira impressão dada ao turista é a falta de infraestrutura para recebê-lo. Mais do que um novo aeroporto, está se debatendo uma ferramenta essencial para o crescimento da economia da nação. O momento, portanto, é de união, de esclarecimentos e de integração de autoridades e setor privado em defesa do País.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
Divulgação



▲ CAPA

6 Portugal: Ministro das Infraestruturas defende construção de novo aeroporto

HUB

3 Representantes do Portocel e da Quadra Capital vão se reunir neste mês

NACIONAL

3 Piloni vai trabalhar em grupo internacional de terminais portuários

4 MT: Demora na relicitação da BR 163 preocupa lideranças

NORDESTE

5 CS Infra inicia operação em terminais do Porto de Aratu-Candeias

SUL

5 Navegantes oferece capacitação na área de TI para estudantes

PORTUGAL

6 Portugal tem papel importante no suporte logístico à Europa, diz chefe da Armada



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Entre em contato pelo e-mail publicidade@portalbenews.com.br



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

REUNIÃO 1

Representantes do Portocel, o terminal portuário de celulose da Suzano e da Cenibra no Porto de Barra do Riacho (ES), e da Quadra Capital, gestora de investimentos que é a nova controladora da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa, a autoridade portuária de Vitória e Barra do Riacho), vão se reunir ainda neste mês. Em pauta, os planos dos novos administradores da Codesa para o Porto de Barra do Riacho, inclusive que tipo de instalação deve ser implantada nas áreas do complexo marítimo.

REUNIÃO 2

Uma das preocupações dos executivos do Portocel é qual carga deve ser operada nas áreas vizinhas. A celulose é um produto "limpo", "branco", e uma mercadoria que emita material particulado pode acabar por sujá-la.

MUNICIPALIZAÇÃO 1

O Porto de Itajaí (SC) comemorou ontem 27 anos de sua municipalização. A data foi aproveitada pela Prefeitura, que administra o complexo marítimo, para destacar os avanços obtidos nessa gestão. Entre as ações citadas, estão os recordes operacionais do ano passado (1,6 milhão de contêineres movimentados, uma alta de 16%, e 18 milhões de toneladas, 21% a mais do que em 2020), os preparativos para a segunda etapa da ampliação da bacia de evolução (orçada em R\$ 220 milhões e que permitirá a escala de navios de 336 a 400 metros de comprimento operando a plena carga) e o início de seu plano de expansão, que prevê ampliar a área do porto dos atuais 180 mil para 308 mil metros quadrados.

MUNICIPALIZAÇÃO 2

A Prefeitura de Itajaí é contra a proposta do Governo Federal de desestatizar a administração portuária, repassando-a para o setor privado. Já o Governo do Estado apoia o projeto.

Piloni vai trabalhar em grupo internacional de terminais portuários

Ex-secretário nacional de Portos anuncia que será consultor da Terminal Investment Limited, do Grupo MSC

Cristiano Fão



Diogo Piloni destacou que não irá atuar em projetos realizados no Brasil, apenas naqueles de outros países

O ex-secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários Diogo Piloni anunciou na tarde desta quinta-feira, em uma de suas redes sociais, que passou a trabalhar como consultor internacional da Terminal Investment Limited, mas com atuação exclusiva em mercados fora do Brasil. O comunicado ocorreu cerca de três semanas após ter sido exonerado, a pedido, do cargo de secretário nacional, no Ministério da Infraestrutura. Nessa função, Piloni era a principal autoridade do País no setor portuário.

A Terminal Investment Limited ou TIL é uma das principais operadoras internacionais de terminais portuários. A empresa tem como principal acionista o Grupo MSC, da armadora Mediterranean Shipping Company, e conta com 29 instalações em 26 portos, no Brasil, no Panamá, em Portugal e em outros 18 países.

Ao anunciar sua nova atividade profissional, sua estreia no setor privado, Piloni destacou que essa atuação foi analisada e aprovada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Segundo fontes ligadas ao Ministério da Infraestrutura, o aval da comissão foi emitido no último dia 31 de maio. Depois, ele obteve a licença de seu cargo no Governo Federal (ele é funcionário de carreira, tendo ingressado no setor público como

analista de infraestrutura do Ministério da Economia). Logo em seguida, assinou seu contrato com a TIL, passando a responder diretamente à sede da operadora, em Genebra.

Em seu comunicado na rede social, o ex-secretário de Portos informou que "a missão inclui análise do marco regulatório aplicável a concessões portuárias na América Latina e Portugal, avaliando os riscos nos atuais contratos de concessão e sugerindo estratégias de melhoria em futuras negociações ou renovações de

contratos, bem como detectando novas oportunidades de investimento em terminais gerenciados pela TIL, especialmente em Sines - Portugal, Panama City - Panama, Callao - Peru, Valparaiso - Chile e Buenos Aires - Argentina".

Diogo Piloni ainda comentou, em sua postagem, que estava "muito entusiasmado por atuar junto a um grupo que tem um portfólio de investimentos de cerca de US\$ 3 Bilhões, apenas na América Latina (exceto Brasil) e em Portugal!"

Reação

A ida de Diogo Piloni para a TIL, mesmo que na condição de consultor e com uma atuação restrita a empreendimentos fora do Brasil, não surpreendeu o mercado. Já se sabia que a operadora era uma das empresas interessadas em sua contratação. O executivo começou a ser sondado quando sua decisão de deixar o cargo no Ministério da Infraestrutura, semanas antes de sua exoneração, começou a circular em Brasília e no setor portuário.

Além da TIL, manifestaram interesse em contratar Piloni grandes operadoras portuárias de granéis sólidos e de granéis líquidos.

Em entrevista exclusiva ao BE News no dia 24 de maio (horas após sua exoneração ter sido oficializada) e publicada no dia 25 (que pode ser acessada aqui), Piloni revelou que poderia passar a atuar na iniciativa privada, o que dependeria da avaliação da Comissão de Ética Pública do Governo Federal. O órgão iria analisar se haveria necessidade de um período de quarentena, antes de Piloni estar liberado para trabalhar no setor privado, especialmente em empresas do setor portuário e de transportes.

Como se verificou, a comissão liberou o executivo da quarentena. Essa medida é adotada principalmente para ocupantes de cargos de confiança (como o de secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários), quando deixam o Governo para assumir funções em entidades privadas que atuam no mesmo setor. O objetivo é evitar que informações privilegiadas obtidas durante o cargo público possam ser passadas diretamente para o segmento privado.

NACIONAL

MT: Demora na relicitação da BR-163 preocupa lideranças

Dados produzidos pela Rota Oeste ao longo da concessão foram oferecidos para acelerar elaboração do novo edital

Geraldo Magela/Agência Senado



O senador Fábio Garcia mostrou preocupação com o cronograma de relicitação da BR 163. «Se somente os estudos são de doze meses, imagina a preparação do edital e o processo de licitação»

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Lideranças políticas do estado de Mato Grosso demonstraram preocupação com o cronograma de relicitação da rodovia BR-163/MT, trecho operado pela Concessionária Rota Oeste (CRO), do grupo Odebrecht – entre a divisa dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o término no entroncamento com a MT-220. As preocupações foram colocadas durante a audiência pública da Comissão de Infraestrutura do Senado realizada terça-feira (14).

De acordo com os políticos presentes, a falta de manutenção e de duplicação tem afetado a economia, o transporte da produção e as condições para os caminhoneiros, mas também a vida da população, principalmente dos municípios de Várzea Grande, Jangada, Diamantino, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Vera e Sinop.

O contrato de concessão do trecho foi iniciado em 2013 entre o governo e a CRO. No final de 2021, a concessionária

entrou com o pedido de devolução amigável, o que levou à avaliação de licitar a concessão novamente – procedimento agora autorizado pelo Ministério da Infraestrutura.

O motivo para o pedido de devolução foi a constatação da empresa de que seria inviável realizar os investimentos previstos no contrato de concessão. A rodovia é conhecida por ser responsável pelo escoamento da maioria dos produtos de agronegócio do País. Ao todo, são 14 milhões de toneladas de produtos escoados pela rodovia.

Durante a audiência pública, o gerente de Estruturação de Projetos da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) Santi Ferri, afirmou que os estudos que embasarão a minuta de edital da nova concessão do trecho deverão ser entregues em um ano.

"Estamos finalizando o processo de licitação da empresa que prestará consultoria para EPL na elaboração de todos esses estudos. Já foi homologado o vencedor e a assinatura acontecerá entre essa e a próxima semana. A previsão para a conclusão dos estudos é de doze meses", disse.

O cronograma para elaboração dos estudos incomodou os políticos do estado presentes. A maioria falou sobre alto

índice de acidentes com vítimas fatais na rodovia, enquanto a concessionária realiza a devolução amigável da concessão à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Pediram ainda uma solução imediata para a duplicação de trechos que ainda não foram atendidos pelo atual contrato de concessão.

Entre os que fizeram o apelo estava o autor do requerimento de audiência pública, senador Fábio Garcia (União- MT), dizendo que o trecho da BR-163 localizado no Meio Norte do estado é o principal corredor de escoamento da produção mato-grossense e boa parte dela ainda não foi duplicada. No entanto, ainda há a cobrança de pedágios nas vias.

"Se somente os estudos são de doze meses, imagina a preparação do edital e o processo de licitação! Para nós mato-grossenses, de fato, é inaceitável a situação em que se encontra a nossa BR-163, com a paralisação completa dos investimentos nesta rodovia, após concessionada, e também com a manutenção inadequada, ao nosso ver, da BR-163, em especial no trecho da Rota Oeste", disse.

Já o vice-governador Otaviano Pivetta (República-nos), que participou por videoconferência da audiência, criticou

o tempo de execução de serviços na BR-163. "Precisaríamos saber quem são as pessoas que vão morrer vítimas de descasos nos próximos dois ou três anos – é o tempo que vai demorar para a concessão ser retirada e o Governo Federal realizar nova licitação – para avisar essas pessoas que elas vão morrer?", disse.

Tarifas e novo encontro

A audiência contou com a presença do presidente da CRO, Júlio Perdigão, que falou sobre a manutenção da cobrança de tarifas. Segundo o empresário, o processo de devolução amigável determina que a empresa defina as prioridades de manutenção e que, por isso, pode continuar cobrando tarifas.

O presidente reforçou que até que a relicitação aconteça, dará prioridade à manutenção da pavimentação, oferta das condições de tráfego aos transportadores de carga pesada e a passagem verde para caminhoneiros.

"Temos um dinheiro arrecadado. É público o que eu estou falando. Primeira coisa, atender credor. Segunda coisa, pagar o custo operacional. Eu tenho 1.672 funcionários, eu preciso pagar esse custo. O que sobra? O que é prioritário dentro dessa sobra? Preciso dar trafegabilidade para o

caminhoneiro. É ele que paga a conta. É o nosso cliente direto e que sofre. Eu preciso atender e o que ele quer? Pavimento e verde", argumentou.

Perdigão também disse que a CRO está disposta a liberar seus estudos feitos pela concessionária ao longo do período de concessão para adiantar o processo de relicitação da rodovia. "Estamos abertos e podemos disponibilizar todos os nossos estudos para EPL", comentou.

A liberação dos estudos por parte da Rota Oeste agradeceu o senador Fábio Garcia que pediu uma reunião entre EPL, CRO e prefeitos dos estados para acelerar a elaboração dos estudos para nova licitação.

"Como existe a disposição da Rota Oeste em ajudar oferecendo os estudos que ela já realizou para que possamos aproveitar, não vejo motivo para não ser aproveitado. Então, gostaríamos de pedir à EPL que seja agendada uma reunião junto à Rota Oeste e prefeitos para que possamos aproveitar ao máximo o que já foi feito e reduzir ao máximo desses estudos que empresa de planejamento deve fazer", falou.

O pedido foi prontamente atendido pelo representante da EPL e uma reunião deverá ser marcada na próxima semana.

NORDESTE

CS Infra inicia operação em terminais do Porto de Aratu-Candeias

Vencedora do leilão, empresa investirá R\$ 627 milhões em obras de melhorias e modernização

Divulgação/Codeba

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A CS Infra, empresa do Grupo Simpar, começou a operar, no último dia 8, os terminais ATU12 e ATU18, localizados no Porto de Aratu-Candeias, na Bahia. O Termo de Aceitação Temporária e Permissão de Uso de Ativos foi assinado junto à Companhia das Docas da Bahia (Codeba), Autoridade Portuária que administra o complexo portuário.

A CS Infra foi a empresa vencedora do leilão dos dois terminais, realizado em dezembro de 2020, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A previsão é que nos três primeiros anos sejam investidos R\$ 627 milhões em obras de melhorias e modernização, como previsto no Plano Básico de Implantação (PIB), aprovado pelo Ministério da Infraestrutura.

Os contratos do ATU12 e



A previsão é que nos três primeiros anos sejam investidos R\$ 627 milhões em obras de melhorias e modernização

ATU18, que juntos somam 200 mil m2, terão duração de 25 e 15 anos, respectivamente. Ambos podem ser prorrogados por até 70 anos. As obras serão realizadas sem prejuízos para as operações em curso.

“Somos testemunhas de um marco na Política Portuária da Bahia. É uma contribuição importante para a geração de

empregos e mais oportunidades de negócios, fortalecendo a economia local”, destacou Carlos Autran Amaral, diretor-presidente da Codeba, gestora também dos Portos de Salvador e Ilhéus.

Com uma área de 150 mil m2, o terminal portuário ATU12 receberá investimentos para implantação de

um novo sistema de transportadores de correias, com maior capacidade e casas de transferência para melhorar a movimentação de grãos.

Já no ATU18, com 51 mil m2, os investimentos serão aplicados em cinco silos de 18 mil toneladas cada, com capacidade estática para armazenagem de grãos e um novo pier

OS CONTRATOS DO ATU12 E ATU18, QUE JUNTOS SOMAM 200 MIL M2, TERÃO DURAÇÃO DE 25 E 15 ANOS, RESPECTIVAMENTE. AMBOS PODEM SER PRORROGADOS POR ATÉ 70 ANOS. AS OBRAS SERÃO REALIZADAS SEM PREJUÍZOS PARA AS OPERAÇÕES EM CURSO.

de atracação com sistema de correias transportadoras.

“A CS Infra irá oferecer alto nível de serviço aos exportadores e importadores, após o período de investimentos. Teremos como objetivo principal elevar o nível de produtividade e qualidade dos serviços oferecidos”, informou Marcos Tourinho, diretor-presidente da CS Portos.

Em quatro anos, a expectativa é que os terminais recebam navios com capacidade de 120 mil/ton e ampliem a movimentação diária para acima de 20 mil/ton.

SUL

Navegantes oferece capacitação na área de TI para estudantes

O programa terá duração de seis meses e visa desenvolver potenciais para o mercado de trabalho

Divulgação/Portonave

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Portonave, gestora do Porto de Navegantes, criou o programa ‘Embarque na Tecnologia’ voltado para estudantes interessados em tecnologia da informação (TI). A capacitação é pioneira no segmento e a aula inaugural aconteceu nas dependências do terminal, na última quarta-feira (15).

O projeto, desenvolvido em parceria entre as áreas de Tecnologia da Informação e Responsabilidade Social, tem como foco capacitar jovens de 16 a 18 anos para a área de TI e desenvolver potenciais para o mercado de trabalho. O projeto é piloto e 30 vagas foram divididas igualmente para estudantes da Educação de Jovens e Adultos do município

“
PENSANDO EM AUXILIAR O DIRECIONAMENTO E INTRODUÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO, CRIAMOS ESSE PROJETO. NOSSA IDEIA É DISSEMINAR CONHECIMENTO REFORÇANDO AOS JOVENS QUE SE QUALIFIQUEM CADA VEZ MAIS EM TEMAS IMPORTANTES PARA O MERCADO DE TRABALHO. A EXPECTATIVA É AMPLIAR AS VAGAS APÓS ESTA PRIMEIRA TEMPORADA”

JARDEL FISCHER
gerente de Tecnologia da Informação da Portonave



de Navegantes e para filhos de profissionais.

“Fiquei bem feliz em poder começar aqui. Pelas aulas previstas vi que tem bastante conteúdo interessante, com certeza vou gostar muito”, comentou Gabriel Leonardo Coutinho, de 16 anos, que já tem familiaridade com programação básica de

jogos.

Segundo o gerente de Tecnologia da Informação, Cybersegurança, Proteção & Privacidade da Portonave, Jardel Fischer, o mercado vem enfrentando inúmeras dificuldades em relação à contratação de profissionais na área. “Pensando em auxiliar o direcionamento e introdução ao

Projeto piloto tem 30 vagas e é voltado à capacitação de jovens na faixa de 16 a 18 anos

mercado de trabalho, criamos esse projeto. Nossa ideia é disseminar conhecimento reforçando aos jovens que se qualifiquem cada vez mais em temas importantes para o mercado de trabalho. A expectativa é ampliar as vagas após esta primeira temporada”, afirmou.

De acordo com a Portonave, a iniciativa é pioneira na empresa e entre os portos brasileiros. A formação terá duração de seis meses com formatura, trabalho de conclusão e entrega de certificado. A grade de disciplinas é voltada à Tecnologia da Informação em áreas como suporte, datacenter, segurança, redes, sistemas, internet das coisas (IOT) e business intelligence.

PORTUGAL

Ministro das Infraestruturas defende construção de novo aeroporto

Atual aeroporto de Lisboa não tem infraestrutura adequada para receber a demanda de passageiros presente

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O ministro das Infraestruturas e da Habitação de Portugal, Pedro Nuno Santos, apelou por um consenso em relação à construção de um novo aeroporto no País. O pedido veio após o registro de uma segunda-feira (13) caótica no Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, quando cerca de 50 mil passageiros passaram pelo terminal e enfrentaram lotação e longas filas.

Com a recuperação do turismo neste primeiro verão com medidas mais flexíveis relacionadas à pandemia, Lisboa é o quarto destino mais procurado da Europa e, para as autoridades, o aeroporto não tem infraestrutura adequada para receber a atual demanda. Antes da pandemia, Lisboa chegou a recusar voos e a situação pode se repetir ano que vem, caso nada seja feito, afirma o ministro.

Pedro Nuno reconheceu também que o aeroporto da capital já registra, desde maio, problemas de circulação, fluidez e tempo de espera. "E ainda não chegamos ao verão propriamente dito", pontuou.

As limitações do aeroporto de Lisboa, com instalações colapsadas e dentro da área urbana - a apenas seis quilômetros do centro histórico da cidade - provocam atrasos e aglomerações no pico da época turística.



Antes da pandemia, Lisboa chegou a recusar voos e a situação pode se repetir no que vem caso nada seja feito, afirma o ministro

Há vários anos se debate a opção de construir um novo aeroporto. As opções seriam a cidade de Montijo ou Alcochete, no outro lado do rio Tejo, mas até hoje nenhum projeto conseguiu avançar.

"Temos um problema que é estrutural, com um aeroporto que está esgotado e que precisa de uma resposta", ressaltou o ministro das Infraestruturas e pediu um "consenso amplo" para assegurar que "não se retroceda" cada vez que a gestão do Governo Federal mude.

Em 2015, os socialistas e os conservadores do PSD, os dois maiores partidos de Portugal, acordaram que os grandes projetos de infraestruturas devem ter um acordo de dois

AS LIMITAÇÕES DO AEROPORTO DE LISBOA, COM INSTALAÇÕES COLAPSADAS E DENTRO DA ÁREA URBANA - A APENAS SEIS QUILOMETROS DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE - PROVOCAM ATRASOS E AGLOMERAÇÕES NO PICO DA ÉPOCA TURÍSTICA.

terços do Parlamento.

Recentemente, o primeiro-ministro português, António Costa, disse que não se pode "perder mais tempo" com

o aeroporto e deixou nas mãos do PSD a decisão sobre a localização do novo equipamento.

Projeto travado

Em março do ano passado, um projeto que previa a construção de um novo aeroporto na base aérea do município de Montijo foi travado pela Autoridade Nacional de Aviação Civil (Anac). O arquivamento ocorreu porque, de acordo com a legislação portuguesa, todos os municípios impactados pela obra devem ser consultados e emitir parecer favorável - o que não aconteceu.

Das cinco cidades consultadas, duas votaram a favor (Barreiro e Montijo), uma se absteve (Alcochete) e duas

votaram contra Seixal e Moita). Se o aeroporto em Montijo saísse do papel, ficaria a cerca de 30 km do centro de Lisboa, próximo à Ponte Vasco da Gama. E funcionaria como equipamento secundário ou mesmo principal, ajudando a desafogar o Aeroporto Internacional Humberto Delgado.

Existe ainda uma segunda proposta, que seria construir o novo aeroporto no município de Alcochete, que fica a 40 km do centro de Lisboa e encontra menos resistência de entidades ambientais que acompanham os projetos.

Enquanto nada é decidido, estudos apontam que a conclusão das obras de um novo aeroporto no país levaria cinco anos.

Portugal tem papel importante no suporte logístico à Europa, diz chefe da Armada

Para Henrique Gouveia e Melo, importância geoestratégica de Portugal foi reforçada com a guerra por sua "posição marítima", que o diferencia dos restantes países que fazem parte da Otan

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O chefe de Estado-Maior da Armada de Portugal, Henrique Gouveia e Melo, acredita que a guerra na Ucrânia vai criar uma "nova era" geoestratégica e que o país luso reforçará a sua importância no suporte logístico à Europa.

Questionado sobre o papel de Portugal nesta "nova era" geopolítica, Henrique Gouveia e Melo respondeu que o país é decisivo num aspecto que muitas vezes passa despercebido, que é a logística. "Imaginem o que é que está a acontecer à Rússia e qual é a grande dificuldade da Rússia no conflito. É uma dificuldade logística. É uma grande potência e está a enfrentar no conflito uma dificuldade logística fortíssima. E é essa

dificuldade logística que, graças a Deus, para nós, que estamos do outro lado, nos tem favorecido", disse Gouveia.

Para o chefe de Estado-maior da Armada, os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), "que estão à volta do oceano Atlântico Norte", têm também problemas logísticos e usam "uma grande autoestrada que é o Oceano Atlântico Norte, para evitar problemas logís-

gicos de suporte à própria Europa", explicou.

"Se nós não tomarmos conta dessa autoestrada, qualquer ação na Europa fica imediatamente condicionada. Qual é o papel de Portugal? É que estamos a tomar conta precisamente dessa autoestrada e temos uma rotunda na autoestrada que se chama arquipélago dos Açores", acrescentou.

Henrique Gouveia e Melo diz que, com a guerra, a

importância geoestratégica de Portugal foi reforçada principalmente por sua "posição marítima", que o diferencia dos restantes países que fazem parte da Otan.

O almirante considerou que "havia uma tendência para uma globalização em que o liberalismo e a economia se uniam e evitavam conflitos", mas agora o cenário parece estar disposto a 'real politik' (política de poder) e à "geoestratégia antiga".